

CURRICULUM VITAE

1. Identificação Pessoal

- Nome completo: **Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento**

- Data de nascimento: 18 de Outubro de 1957

- Género: Feminino

- Naturalidade: Lisboa

- Residência: Alcochete

- Nome de citação: Sarmento, Teresa de Moraes

- Identificador de Autor:
Ciência ID
DF19-0461-B266

ORDID iD
0000-0003-2171-921X

- Endereços de correio eletrónico
 - teresa.moraes.sarmento@ulusofona.pt
 - p4315@ulusofona.pt

- Morada (institucional):
Universidade Lusófona – Centro de Lisboa, Avenida do Campo Grande, n.º 376,
1749 – 024 Lisboa

2. Formação Académica

- Doutora em Ciência Política e Relações Internacionais, domínio de Estudos Europeus/Políticas Públicas, pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa (IEP-UCP)/27 de Julho de 2015. Classificação de *Magna Cum Laude*.

“As Políticas Públicas da União Europeia para a Proteção dos Direitos Humanos na perspetiva da Violência de Género” (Tese/Dissertação)

Orientadora, a Professora Doutora Maria José Rangel Mesquita e Arguente, o Professor Doutor Nuno Piçarra.

- Mestre em Direito na área de Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola de Lisboa – Pré-Bolonha/Janeiro de 2009. Classificação de *14 valores*.

“Pequenos...Grandes Municípios” (Tese/Dissertação)

Orientador, o Professor Doutor Luís Fábrica e Arguente, a Professora Doutora Alexandra Leitão.

- Pós-Graduação em Contencioso Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola de Lisboa/2004-2005. Classificação de *14 valores*.
- Pós-Graduada em Direito da Comunicação, pelo Instituto Jurídico da Comunicação da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra/1994-1995. Classificação de *13 valores*.
- Licenciada em Direito na menção jurídico – económicas pela Universitária Autónoma da Lisboa /1985-1990. Classificação de *12 valores*.

3. Habilitações profissionais relevantes

- Advogada - Cédula Profissional desde 09/12/1992, com o n.º 10255L. [Exame de agregação à Ordem dos Advogados - Lisboa, *Muito Bom* (17,5 valores)] - *com atividade suspensa, a seu pedido*.
- Formação Pedagógica de Formadores, com certificação passada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) – Certificado n.º EDF 512670/2009 DL e pela Direção-Geral das Contribuições e Impostos- CFAP/Ministério das Finanças /1991.

4. Percurso Profissional

➤ **Docência no Ensino Superior**

- Docente e Investigadora da Universidade Lusófona (UL) – Centro de Lisboa/Faculdade de Direito, com a categoria de Professora Associada, desde 1 de Setembro de 2022.
- Docente Universitária da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), com a categoria de Professora Auxiliar, desde 2016-2017 a Agosto de 2022.
- Docente Universitária convidada da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), de 21 de Fevereiro de 2011 ao ano letivo 2015-2016.

- Leciona e ou já lecionou:

- Na Faculdade de Direito – 1.º Ciclo de Estudos Académicos/Licenciatura: Direito da União Europeia; Ciência Política e Direito Constitucional I e II; Direito Administrativo I e II;
- Na Faculdade de Direito – 2.º Ciclo de Estudos Académicos/Mestrado em Direito Público: Direito da Contratação Pública

- Na Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração (FCSEA), na Licenciatura de Ciência Política e Relações Internacionais (CPRI) e na Licenciatura de Estudos Europeus e Relações Internacionais (EERI), respetivamente:

- 1.º Ciclo de Estudos Académicos/Licenciatura de CPRI:

- Direito Administrativo
- Teoria da Constituição e Direito Constitucional
- Direito Internacional
- Administração Pública
- Administração Pública e Direito Administrativo;
- Políticas Públicas
- Introdução ao Direito

- 1.º Ciclo de Estudos Académicos/Licenciatura de EERI:

- Direito da União Europeia

- Teoria da Constituição e Direito Constitucional
- Direito Internacional Público
- Orçamento e Fiscalidade da União Europeia
- Direito Empresarial e do Trabalho
- Construção da União Europeia
- Programas e Fundos da União Europeia
- Direito Empresarial
- Princípios Gerais do Direito
- Direito do Comércio Internacional

Pós-Graduação em Psicologia Política (FCSEA) – leciona a Unidade Curricular: Diversidade e Pluralismo.

- Lecionou, ainda, na mesma Faculdade (FCSEA)/2.º Ciclo de Estudos Académicos: No 2.º Ciclo de Estudos Académicos/Mestrado em Ciência Política – Cidadania e Governação – a Unidade Curricular: Políticas Públicas e Administração Pública.
- Na Faculdade de Psicologia e Ciências da Vida – leciona no 2.º Ciclo de Estudos Académicos/Mestrado Psicologia Forense – a Unidade Curricular: Direito.
- No âmbito do intercâmbio de alunos com outras instituições universitárias em parceria com a Universidade de BAKU, Azerbaijão, num Programa titulado de “*Tempus Project – Curriculum Development and Capacity Building in the Field of EU Studies*” foram em Março-Abril de 2016, as seguintes temáticas leccionadas em língua inglesa:
 - “*The History of The European Integration Process: crises and solutions*” – 17 de Março de 2016;
 - “*The Institutional Dimension of The European Union*” – 22 de Março de 2016;
 - “*The History of The European Integration Process: Challengers for The Millennium*” – 8 de Abril de 2016.

- Outras atividades em exercício na UL:

- Membro do Conselho Científico da Faculdade de Direito;
 - Coordenadora da Integração de Novos Alunos na Vida Académica/Faculdade de Direito;
 - Membro do Júri das Provas de Avaliação dos Candidatos Titulares de Cursos de Dupla Certificação/Faculdade de Direito;
 - Participação em júris de provas académicas.
- Docente convidada do Instituto Superior de Educação e Ciências (ISEC), equiparada a Professora Auxiliar, onde leciona as seguintes Unidades Curriculares:
 - Licenciatura de Gestão Autárquica:
 - Direito Administrativo I e II;
 - Regime da Contratação Pública;
 - Introdução ao Direito;
 - Instituições Europeias e Políticas Regionais;
 - Iniciação às Práticas de Investigação em Gestão.
 - 2.º Ciclo de Estudos Académicos/Mestrado de Gestão Autárquica:
 - Sistema Autárquico

Obs.: [Grau de Professora Especialista em Direito do Ensino Superior Politécnico - Detentora do título académico de especialista em Direito (*referência* 380), nos termos do DL n.º 3/2015, de 6 de janeiro, atribuído pelo Conselho Técnico-Científico do ISEC].

- Docente do Curso MBA em Gestão de Unidades de Saúde – Escola Superior de Enfermagem São Francisco das Misericórdias, Escola da APEL e UAL (2011) – Direito Administrativo.
- Docente (convidada) e responsável pelo Módulo 4 – Administração e Organização dos Serviços de Saúde – Curso Pós-Graduação e Administração de Serviços de Saúde – Universidade Moderna/Pólo de Setúbal, anos letivos 2001/2002 e no 2002/2003, apenas em atividade de docente. Tendo lecionado as seguintes Unidades Curriculares: Regime Jurídico da Administração Pública; Regime Jurídico do Serviço Nacional de Saúde (SNS); Direito da Saúde.

- **Docente/Formadora** convidada do Instituto Nacional de Administração (INA, IP), entre 1994 a 2004 e 2009 a 2015 e em outras instituições públicas e do setor empresarial do Estado e em entidades privadas, nas temáticas relativas aos Assuntos Jurídicos e à Gestão de Recursos Humanos, designadamente os regimes jurídicos aplicáveis às especificidades da atuação da Administração Pública:
 - Código do Procedimento Administrativo;
 - Regime Jurídico das Empreitadas e Obras Públicas (até à entrada em vigor do Código da Contratação Pública);
 - Código da Contratação Pública;
 - Relações Jurídico-Laborais (públicas e privadas) – Regime Jurídico da Função Pública, Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas e Código do Trabalho e legislação complementar;
 - Regras Jurídicas na aplicação dos Fundos Estruturais/EU.

Atividade de investigação e outra similar

- Investigadora associada do Centro de Estudos Avançados em Direito Francisco Suarez (CEAD), desde Setembro de 2022.
- Investigadora associada do Centro de Investigação do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa (CIEP-IEP/UCP), 2015 a 2017.
- Investigadora colaboradora do Centro de investigação em Ciência Política, Relações Internacionais e Segurança (CICPRIS), 2020 a 2021.
 - Centro de Estudos Judiciários (CEJ):
- Arguente nas provas orais do 40.º Curso de Formação para magistrados judiciais – via académica (Abril de 2023) – Centro de Estudos Judiciários – Aviso n.º 8068/2023, de 20/04/2023, publicado no DR, 2.ª Série, Parte C, a páginas 67 e seguintes – Júri C.
- Arguente nas provas orais do 39.º Curso de Formação para magistrados judiciais – via académica (Julho de 2022) – Centro de Estudos Judiciários – Aviso n.º 14778/2022, de 27/07/2022, publicado no DR, 2.ª Série, Parte C, a páginas 87 e seguintes – Júri C.

- Arguente nas provas orais do 38.º Curso de Formação para magistrados judiciais – via académica (Janeiro de 2021) – Centro de Estudos Judiciários – Aviso n.º 23932/2021, de 29/12/2021, publicado no DR, 2.ª Série, Parte C, a páginas 75 e seguintes – Júri C.
- Orientadora em Teses de Mestrado:
 - Gestão Autárquica do ISEC, sob o título “*Desafios e Oportunidades da Implementação da Governação Autárquica em Angola*”, 2019
- Arguente em Teses de Mestrado:
 - Gestão Autárquica do ISEC, sob o título “*O Insucesso Escolar no Concelho de São Lourenço dos órgãos (CSLO) e o papel da Administração Local: Estudo de caso – Escola Secundária Luciano Garcia*”, 2021.
 - Gestão Autárquica do ISEC, sob o título “*O Processo da Implementação Autárquica em Angola – Desafios e Oportunidades*”, 2020.
 - Direito, ramo Ciências Jurídico-Forenses da Faculdade de Direito da ULHT sob o título “*O Papel do Ministério Público na Defesa e Garantia dos Direitos das Crianças (Lei Tutelar Educativa)*”, 2020.
 - Ciência Política e Relações Internacionais do Instituto de Estudos Políticos/UCP Lisboa sob o título “*Política de Asilo da União Europeia e a sua Evolução Motivada pela crise Migratória*”, 2018.
 - *Governance, Leadership and Democracy Studies* do Instituto de Estudos Políticos/UCP Lisboa sob o título “*International Cooperation for Sustainability – Option or Necessity*”, 2016.
 - Gestão Autárquica do ISEC, sob o título “*Perspetivas das Autarquias Supramunicipais em Angola*”, 2015.

- Trabalhos publicados:

Monografia: “Estado de Direito e o Futuro da União Europeia”, in *O Futuro da União Europeia: Política, Economia, Estado de Direito e Religião*, Org. Moniz, Jorge Botelho, Prefácio de António Costa Pinto. Lisboa: Edições Universidade Lusófona, 2022.

- Trabalhos Científicos – Publicações em Repositório Institucional:
 - Publicações no Repositório Institucional da UCP:
 - **UCP:** Tese de Doutoramento – Publicada no Repositório da UCP, nas plataformas geridas pela Biblioteca João Paulo II – publicados no repositório digital e em suporte físico:

“As Políticas Públicas da União Europeia para a Proteção dos Direitos Humanos na perspetiva da Violência de Género”
 - **UL:** Trabalhos científicos - *Working papers* -, trabalhos de Investigação realizados no âmbito de preparação para a Tese de Doutoramento em Estudos Europeus na dominante Políticas Públicas, validados pelos Professores responsáveis pelos Seminários de Investigação, publicados no Repositório da Biblioteca Victor de Sá da Universidade Lusófona Centro de Lisboa – publicados no repositório digital, identificados sob os seguintes títulos:

“A Proteção Transnacional da Vítima de Violência de Género”, 2010
(Seminário de Investigação: Direito Internacional e Direito Europeu, sob a orientação do Professor Doutor Fausto Quadros)

“A Europa Social: desejo e realidade”, 2010
(Seminário de Investigação: Políticas Públicas na União Europeia em Domínios de competências partilhadas, sob a orientação da Professora Doutora Maria José de Rangel Mesquita)

“Existe Protecção Judiciária para as Vítimas de crimes contra bens jurídicos individuais?”, 2010
(Seminário de Investigação: Estratégia da União Europeia, sob a orientação do Professor Doutor José Lamego)

“Europeu? Europeu...Sim!”, 2010
(Seminário de Investigação: Cultura e Cidadania na Construção Europeia, sob a orientação do Professor Doutora Eduardo Lopes Rodrigues)
 - Publicações, na Editora: DGCI:
 - *Código do Procedimento Administrativo (CPA)*. Editora: DGCI, 1992.
 - *Regime Jurídico da Função Pública (RJFP)*. Editora: DGCI, 1991.

5. Atividades profissionais em exercício

- Desde 7 de dezembro de 2018, Presidente do Órgão de Gestão da Comissão de Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça (CAAJ). Designada por Resolução do

Conselho de Ministros n.º 165/2018, publicada no Diário da República, N.º 235, de 6 de Dezembro de 2018. Exercício das competências identificadas na Lei n.º 77/2013, de 21 de novembro, alterada pelo artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 52/2019, 17 de abril e no Despacho de Delegação de Competências do Órgão de Gestão, na Presidente: Despacho n.º 947/2022, de 26 de Agosto, publicado no DR, 2.ª série (Parte E), n.º 165, de 26 de agosto de 2022 (pp. 75 a 79).

- Docência universitária, em acumulação autorizada.

6. Atividades anteriormente exercidas:

- **(2018)** - Gabinete da Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Justiça (SEAJ)/Técnica Especialista, de 3 de janeiro a 6 de dezembro de 2018 – Despacho n.º 699/2018, de 4 de janeiro de 2018, publicado no DR, 2.ª Série, N.º 11, de 16 de Janeiro de 2018, assegurando a assessoria jurídica ao Gabinete na área de especialização para o qual foi designada: emissão de pareceres jurídicos (direito público e direito privado), com ou sem propostas de emissão de iniciativas legislativas; análise e emissão de pareceres sobre propostas de lei; Membro do Grupo Coordenador da Estratégia nacional para uma Proteção Civil Preventiva (ENPCP), em representação do Ministério da Justiça, entre outros.
- Exercício da Advocacia, nos seguintes períodos interpolados:
 - 1991-1992 (período de estágio); 2009 (em prática individual); 2014 a 2016 (Jardim, Sampaio, Magalhães e Silva e Associados)
 - (*atividade suspensa, a pedido*)
- **(2010 a 2017)** - Vogal efetiva do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais (CSTAF), eleito pela Assembleia da República, por 2/3 dos Deputados presentes – Resolução da Assembleia da República (RAR) n.º 41/2008, de 18 de Julho de 2008, publicada no DR, 1.ª Série, n.º 147, de 31 de Julho de 2008, como membro suplente (2.ª suplente), tendo substituído, a vogal identificada como efetiva nessa RAR, nas suas ausências e impedimentos em sessões (ordinárias e extraordinárias) entre 2009 e 2010. Membro efetivo, desde 22 de Fevereiro de 2010 – Declaração da Assembleia da República n.º 6/2010, de 22 de Fevereiro de 2010, *in* Resolução da Assembleia da República n.º 16/2010, de 26 de Fevereiro (DR, 1.ª Série, N.º 40, 26 de Fevereiro de 2010). Terminado o mandato (por limite temporal) e a eleição de novos vogais, em 16 de Maio de 2017.
 - Entre as funções adstritas aos Vogais do CSTAF – Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais -, foi, igualmente, designada como membro do júri dos seguintes concursos:
 - Juiz na Seção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Sul (vogal efetiva) – Aviso n.º 15821/2012, de 12 de Novembro de 2012, publicado no DR, 2.ª Série, N.º 227, de 23 de Novembro de 2012.

- Juiz na Secção do Contencioso Tributário do Tribunal Central Administrativo Sul (vogal efetiva) – Aviso n.º 4689/2010, de 22 de Fevereiro de 2010, publicado no DR, 2.ª Série, N.º 45, de 5 de Março de 2010.
- **(2011)** – Eleita Vogal suplente do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) – 2/3 dos Deputados presentes, através da Resolução n.º 135/2011, de 14 de Outubro de 2011, publicada no DR, 1.ª Série, N.º 204, de 24 de Outubro de 2011).
- **(2009)** - Eleita Vogal suplente do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) – 2/3 dos Deputados presentes, através da Resolução n.º 117/2009, de 11 de Dezembro de 2009, publicada no DR, 1.ª Série, N.º 250, de 29 de Dezembro de 2009).
- **(2005)** – Eleita membro suplente da Comissão de Fiscalização dos Centros Educativos – 2/3 dos Deputados presentes, através de Resolução da Assembleia da República n.º 39/2005, de 12 de Maio de 2005, publicada no DR, 1.ª Série-A, N.º 102, de 27 de Maio de 2005;
- **(2012)** Membro do Grupo de Trabalho para a Revisão do Código das Expropriações, entre 3 de maio e 14 de outubro de 2012, designada pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Grupo de Trabalho funcionou sob a égide do Gabinete da Senhora Ministra da Justiça, Dra. Paula Teixeira da Cruz.
- **(2015 a 2018)** - Juiz Árbitro em matéria Administrativa do Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD), de março de 2015 a janeiro de 2018 (*indisponível, a pedido*).
- **(1996 - 1998)** - Coordenadora das mesas negociais com as organizações sindicais com responsabilidade na preparação de diversos diplomas, sobre o Emprego Público, a Duração e o Horário e de Trabalho e a Formação Profissional na Administração Pública e coordenadora da *task force* para a integração dos precários da Administração Pública (Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho e do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho), elaboração de iniciativas legislativas relativas à Administração Pública, emissão de pareceres jurídicos, entre outros, no Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública – Dr. Fausto Correia (XIII Governo Constitucional).
- **(1990 a 1993)** na Direção-Geral das Contribuições e Impostos (DGCI), onde exerceu funções formadora, nas áreas Jurídica e Jurídico-Fiscal, entre 10 de

Dezembro de 1992 e 30 de Novembro de 1993, do Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional (CFAF), assegurando a coordenação da Divisão de Edições daquela Direção-Geral, a partir de 1 de setembro de 1992, mantendo, em simultâneo, o desenvolvimento da formação.

- Assessoria jurídica de apoio à gestão nas áreas de Direito Público (regime jurídico das empreitadas de obras públicas, regime jurídico das aquisições de bens e serviços, regime da contratação pública, regime jurídico do pessoal da Administração Pública, entre outros regimes jurídicos) e de Direito do Trabalho, em diversos organismos da Administração Central.
- Membro de Júri de Concursos de Recrutamento e Seleção de Pessoal, e nos procedimentos inerentes a concursos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de serviços e da contratação pública.
- Membro de Comissões e Grupos de Trabalho em representação de diversos organismos públicos.

Dirigente da Administração Pública (Central e Local):

- **(2011 - 2014)** - Diretora – Delegada [equiparada, para todos os efeitos legais, a Dirigente Superior de 1.º Grau - Direção Superior de 1.º Grau (Diretora-Geral), em comissão de serviço] dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Montijo. Organização pública municipal de natureza industrial tem por missão a ampliação e manutenção de infraestruturas das redes de água (captação, tratamento e distribuição de água) e saneamento básico (condutas e interseção com as redes multimunicipais), com cerca de 100 trabalhadores. Aviso de nomeação n.º 20394/2011, de 16 de Setembro de 2011, publicado no DR, 2.ª Série, N.º 197 de 13 de Outubro de 2011.

Funções:

- Gestão Global - Recursos Humanos, Formação, Gestão Financeira, Gestão de Infraestruturas e Equipamentos, Gestão de Clientes, entre outras responsabilidades:

Única dirigente nessa estrutura organizacional com reporte direto ao Conselho de Administração, designadamente ao nível da gestão dos recursos humanos (mobilidade entre carreiras, recrutamento e seleção, vencimentos e outras remunerações, prestações sociais, procedimentos e acompanhamento dos acidentes de trabalho), das infraestruturas e equipamentos (planificação, gestão de procedimentos de contratação pública - aquisição de serviços e empreitadas de obras públicas), na arrecadação de receitas e gestão dos consumidores e, ainda, na respetiva gestão financeira global. Responsável pela planificação da formação dos trabalhadores. Responsável pela organização do Serviço interno de Segurança e Saúde dos Trabalhadores. Responsável pela Recertificação do Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com o referencial ISO 9001, entre outras

funções que incluem as conversações e negociações com as estruturas sindicais representativas dos trabalhadores, sobre as mais diversas questões laborais. Comunicação e informação aos órgãos de Comunicação Social, sempre que necessário, sobre a atividade dos serviços.

Ainda:

- Membro do Grupo de Trabalho que procedeu à adaptação da estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Montijo, em face da alteração legislativa de 2012.
 - Elaboração do projeto de Regulamento Orgânico dos Serviços Municipalizados.
- **(2009 - 2011)** - Subdiretora-Geral da Administração da Justiça - DGAJ [Direção Superior de 2.º Grau (Subdiretora-Geral)], com delegação de competências do Senhor Diretor-Geral da Administração da Justiça, sobre a gestão de Recursos Humanos e gestão do Centro de Formação dos Funcionários de Justiça. Despacho de nomeação n.º 1448/2010 de 17 de Dezembro de 2009, publicado no DR, 2.ª Série, N.º 14 de 21 de janeiro de 2010. Despachos de delegação de competências (DGAJ), respetivamente n.ºs 11468/2010, de 21 de Junho de 2010 e 5493/2011, 22 de Março de 2012.

Funções:

- Gerir e coordenar os recursos humanos, compreendidos nas competências definidas nos respetivos Despachos de delegação de competências.
- Gestão Global dos Recursos Humanos de mais de 8.000 trabalhadores espalhados por todos os Tribunais do país, incluindo os Serviços Centrais (cerca de 7600 oficiais de justiça e 400 trabalhadores pertencentes às carreiras do regime geral), acrescida da responsabilidade inerente aos pagamentos das remunerações globais dos magistrados das três Magistraturas (Judicial, Administrativo e Ministério Público), em cerca de 5000 magistrados em funções nos Tribunais de 1.ª Instância. Responsável, designadamente pelo recrutamento e seleção, mobilidade dos trabalhadores, acidentes de trabalho e sua prevenção, faltas, planificação das férias, averiguações e processos disciplinares e a gestão salarial: vencimentos, horas extraordinárias, abono para falhas, ajudas de custo e prestações sociais, entre outras funções que incluem as conversações e negociações com as estruturas representativas dos Oficiais de Justiça, sobre matérias relacionadas com a respetiva carreira.
- Assegurar a responsabilidade global do Centro de Formação da DGAJ, fomentando e desenvolvendo a colaboração com outras entidades formativas do Ministério da Justiça: Responsável pelo levantamento das necessidades de formação e respetiva planificação, colaborando outras unidades formativas do Ministério da Justiça, designadamente o Centro de Estudos Judiciários (CEJ), o Instituto dos Registos e do Notariado (IRN) e o Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (ISPJCC).
- Coordenação do grupo de trabalho para a elaboração do projeto de iniciativa legislativa relativo ao Regime Jurídico da Carreira dos Oficiais de Justiça e do projeto de Regulamento da Carreira dos Oficiais de Justiça.

- Participação direta e ativa, nas diversas rondas negociais com as Estruturas Sindicais, a fim de concertar objetivos e vontades relativamente à Carreira de Oficiais de Justiça e o Governo.
 - Representante da Administração (1.º vogal efetivo), na Comissão Paritária.
 - Presidente de Júris de concursos de recrutamento de pessoal.
 - Acompanhar e comunicar informações aos órgãos de Comunicação Social, sempre que necessário.
- **(2001 - 2005)** - Diretora – Delegada [equiparada, para todos os efeitos legais, a Dirigente Superior de 1.º Grau (Diretora-Geral), em comissão de serviço] dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Montijo. Organização pública municipal de natureza industrial tem por missão a ampliação e manutenção de infraestruturas das redes de água (captação, tratamento e distribuição de água) e saneamento básico (rede de condutas), com 150 trabalhadores.

Aviso de nomeação, de 16 de março de 2001, publicado no DR, III.ª Série, N.º 76 de 30 de março de 2001 e publicação no DR da Renovação da Comissão de Serviço como Diretora-Delegada dos SMAS – Montijo, DR, III Série, N.º 85, de 10 de Abril de 2004.

Funções:

Gestão dos Recursos Humanos, Formação, Gestão Financeira, Gestão de Clientes e Gestão superior de Infraestruturas e equipamentos:

Responsável pela gestão global dos Serviços com reporte ao Conselho de Administração, ao nível da gestão dos recursos humanos (necessidades de pessoal e respetivo recrutamento e seleção, gestão do acesso a novas categorias, vencimentos e outras remunerações, prestações sociais e no procedimento e acompanhamento dos acidentes de trabalho). Responsável pela implementação do Serviço de Segurança e Higiene no Local de Trabalho e do processo para a aquisição de equipamentos de proteção para as diversas atividades desenvolvidas, incluindo as conversações e negociações com os trabalhadores e respetivas estruturas sindicais sobre matérias inerentes às respetivas carreiras, duração e horário de trabalho e segurança e saúde no local de trabalho. Comunicação e informação aos órgãos de Comunicação Social, sobre a atividade dos serviços.

Elaboração do Projeto de Regulamento de Duração e Horário de Trabalho.

Gestão da Qualidade:

Responsável pela implementação do Sistema de Garantia dos SMAS, com a atribuição do Certificado de Conformidade em 2001 pela ROAD VOOR ACREDITATIE (RVA) e pelo Instituto Português da Qualidade (IPQ), da NP EN ISO 9002: 1995 (Sistema de Garantia da Qualidade). Renovação da Certificação de Qualidade dos Serviços, pela NP EN ISO 9001: 2000 (Sistema de Gestão de Qualidade), em 2004, impulsionadora e participante em projetos de Qualidade de Gestão da Água, tendo sido atribuídos prémios de Qualidade, pela Direção-Geral das Autarquias Locais, IPQ e Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Participação como Presidente em júris de concursos (recrutamento e seleção de pessoal, aquisição de bens e serviços e de empreitadas de obras públicas).

- **(2000 – 2001)** - Nomeação como Diretora de Serviços (Direção intermédia de 1.º grau) em substituição do Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional (CFPAP) do Departamento de Recursos Humanos da Saúde/Ministério da Saúde, em comissão de serviço – Despacho n.º 7946/2000 (2.ª série) – AP, de 20 de Setembro de 2000, publicado no Apêndice N.º 143, II Série, N.º 242, de 19 de Outubro de 2000.

Funções:

Gestão da Formação interna e cofinanciada, Gestão direta do pessoal adstrito ao Departamento de formação, responsável pelas candidaturas ao FSE do SNS:

Gestão da formação (conceção, planeamento, execução e avaliação da formação) dos médicos, enfermeiros, técnicos de diagnósticos e outros paramédicos do SNS. Responsável pela formalização da Candidatura ao III CQA (área da saúde) aos Programas de Gestão de Estruturais: Saúde XXI e POEFEDS.

- **(1997- 2000)** - Chefe de Projeto, no Gabinete de Apoio Técnico do Programa Integrado de Formação para a Administração Pública (PROFAP)/Fundos Estruturais, na dependência direta do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa. Despacho Conjunto de 28 de janeiro de 1997, publicado no DR, II Série, N.º 49, de 27 de Fevereiro de 1997. Despacho autorizador de subdelegação de competências – substituição do Gestor do PROFAP nas suas ausências e impedimentos na Chefe de Projeto – Despacho n.º 1729/98 (2.ª série), publicado no DR, II Série, N.º 24, de 29 de Janeiro de 1998.

Funções:

Gestão, acompanhamento e fiscalização dos apoios financeiros de cofinanciamento comunitário, FSE e FEDER, à Administração Pública.

Responsável pela gestão dos Recursos Humanos da estrutura de projeto. Responsável pelo procedimento inerente às candidaturas aos apoios comunitários e respetiva fiscalização.

Responsável pela preparação do Programa base para a candidatura de Portugal ao III CQA no que à Administração Pública, diz respeito.

7. Palestrante, Conferencista e Participante em Debates como docente e em representação de diversas entidades onde exerceu funções (apenas, se registam, algumas)

- Debate: Temática “Estado de direito na União Europeia” in “O Futuro da União Europeia: Um Contributo da Universidade Lusófona” – constituído pelos Professores – Política: José Filipe Pinto; Geopolítica/Economia: Liliana Reis; Direito: Teresa de Moraes Sarmiento; Religião: Jorge Botelho Moniz. Coordenador: Jorge Botelho Moniz/Diretor da Licenciatura de Estudos Europeus e Relações Internacionais; Moderação: António Saraiva Lima (Jornalista do Público). Auditório José Araújo, em 5 de abril de 2022 (preparação da publicação “Futuro da União Europeia: Política, Economia, Estado de direito e Religião”).
- Palestra proferida: “A Contratação Coletiva nas perspetivas do presente e do futuro”, como docente do ISEC. Seminário promovido pela Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT), relativo à temática “*A conciliação e mediação de Conflitos Coletivos do Trabalho*” e realizado a 5 de Novembro de 2014, no Campus Académico do Lumiar – Lisboa.
- Oradora do Painel I – “Administração Pública: Conceito, Estrutura e Princípios Fundamentais”. Formação Inicial dos Estagiários da Administração Central (PEPAC – Programa de Estágios Profissionais na Administração Central) – 30 de Junho de 2010, no Auditório da Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal.
- Na qualidade de moderadora, na Conferência “Conversas Adolescentes” promovida pelo Projeto Diálogos – Projeto de Intervenção Sócio - Cultural, na Escola Secundária Jorge Peixinho – Montijo, 25 de Março de 2009.
- Comunicação do tema “*CRITICAL ASPECTS OF THE PROPOSAL ON THE REVISION OF REGULATION 1049/2001 ON PUBLIC ACCESS TO EU DOCUMENTS*”, no Parlamento Europeu – Reunião Conjunta sobre: “Futuro programa plurianual relativo a Espaço, Segurança, Liberdade e Justiça” e “Transparência no processo de decisão ao nível da EU e ao nível nacional” - Bélgica, 19 e 20 de Janeiro de 2009 (em representação da Assembleia da República).
- Comunicação do tema “Regime das Associações Públicas Profissionais, Ensino, Carreira e Processo de Bolonha”, no VI Congresso de Análises Clínicas e Saúde Pública - da Sociedade Portuguesa de BioAnálistas Clínicos (SPBS), realizado na Escola Superior de Saúde Pública em Lisboa, 14 e 15 de Novembro de 2008.
- Comunicação do tema *THE MEDIA IN PARLIAMENTS*, na Conferência “*Parliaments and Members of Parliaments in the Eyes of the Public and the Media – Frustration with Parliaments in Europe*”, na Assembleia Nacional da Hungria, 25 e 26 de Abril de 2008 (em representação da Assembleia da República).

- Palestra proferida: “OS RECURSOS HUMANOS COMO FACTOR DE MODERNIZAÇÃO” no III Encontro de Água e Saneamento do Município de Montijo, Galerias Municipais, 22 de Novembro de 2001.
- Palestra proferida: “A FORMAÇÃO E O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Seminário “II JORNADAS NACIONAIS DE ADMINISTRATIVOS DA SAÚDE” – SNS21 – Qualidade e Progresso, 8 e 9 de Março de 2000, no Grande Auditório da Culturgest – Caixa Geral de Depósitos, promovido pelo Hospital de São José e a Associação Sindical do pessoal Administrativo da Saúde (ASPAS).
- Palestra proferida: “FUNDOS ESTRUTURAIS, SUA APLICAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA” – 20 de Janeiro de 2000 - Fundação Oliveira Martins, Lisboa.
- II Encontro Nacional de Formação Profissional para a Administração Pública – Organizado pelo PROFAP sob a designação - Uma nova Estratégia para a Formação Profissional na Administração Pública. Palestra proferida sob o título “O CONTRIBUTO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS PARA A MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”, Vila Nova de Gaia/Hotel Soverde, 19 e 20 de Novembro de 1998.
- Seminário Formação e Valorização da Administração Pública, organizado pelo PROFAP, 2 e 3 de Setembro de 1997, FIL – Lisboa.
- Palestra proferida: “OBJETIVOS E FORMA DE FINANCIAMENTO DO PROFAP” – XVII Colóquio da ATAM – Póvoa do Varzim/Outubro 97.
- Participação em *Think Tanks*, promovidos pela Sinase: 17.^a Conferência 15.^a Conferência e na 14.^a Conferência.

8. Colóquios, Workshops e outros (identificam-se, apenas, alguns depois do ano 2000)

- Lançamento do livro “Futuro da União europeia: Política, Economia, Estado de direito e Religião, com a participação do Coordenador da Licenciatura de Estudos Europeus e Relações Internacionais, Professor Jorge Botelho Moniz e como convidado o ex-Eurodeputado, Dr. José Ribeiro e Castro – Auditório José Araújo, em 7 de dezembro de 2022.

- Workshop relativo ao “Novo Código do Procedimento Administrativo” (Ação de Formação tipo B), promovida pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ), no Auditório do Montepio-Geral (Lisboa), em 26 de Março de 2015.
- Palestra relativa a “Fundos Estruturais – Portugal 2014-2020” no Corinthia – Hotel (Lisboa), com a presença, como Palestrante, do Senhor Secretário de Estado para o Desenvolvimento Regional, Castro Almeida, em 26 de Novembro de 2014.
- Colóquio “A JUSTIÇA FISCAL HOJE – “Velhos problemas, novos desafios” – organizado pela Associação dos Magistrados da Jurisdição Administrativa e Fiscal de Portugal - Universidade Católica Portuguesa – Auditório Cardeal Medeiros, 30 de Abril de 2010.
- I SEMINÁRIO DOS CADERNOS DE DIREITO PRIVADO, subordinado ao tema “O Processo Civil entre a justiça e a Celeridade”, organizado pelo CEJUR – Centro de Estudos do Minho, 7 e 8 de Maio de 2010.
- Participante na 98ª. Conferência da Organização Internacional do Trabalho, Genebra/Suíça, de 16 a 17 de Junho de 2009 (em representação da Assembleia da República).
- Seminário “A Responsabilidade Criminal dos Titulares de Cargos Políticos, promovido pela Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, no Novotel, Setúbal, em 31 de Março de 2003.
- Seminário “O Alentejo, a Água e o Ambiente (integrado na V Feira da Água e do Regadio), no Auditório do centro cultural Manuel da Fonseca - Ferreira do Alentejo 27 de Julho de 2002.
- 3º Encontro INA – A Reinvenção da Função Pública, da Burocratização à Gestão – 14 e 15 de Março de 2002.
- III Encontro de Água e Saneamento do Município de Montijo, 22 de Novembro de 2001.
- Encontro Nacional de Entidades gestoras de Água e Saneamento – ENEG 2001 – 9, 10 e 11 de Outubro de 2001. Pavilhão Atlântico, Parque das Nações em Lisboa.

9. Outras aptidões e Competências pessoais

- Francês – Avançado (C1)
- Inglês – Intermédio (B2)
- Informática na ótica do utilizador

10. Informação adicional: Atividade Política

- Vereadora da Câmara Municipal de Alcochete (sem pelouro atribuído), 18 de Outubro de 2013 a Julho de 2016 (cabeça de lista nas eleições autárquica de 2013, para a Câmara Municipal de Alcochete/Partido Socialista).
- Deputada à Assembleia da República na X Legislatura (2005-2009)/Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Integrou as seguintes Comissões Parlamentares:

- Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias;
- Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública;
- Comissão de Ética, Sociedade e Cultura.

Tendo integrado as seguintes Sub-Comissões e Grupos de Trabalho:

- Subcomissão da 1.^a Comissão: Direitos Fundamentais e Comunicação Social;
- Subcomissão de Administração Interna
- Coordenadora do Grupo de Trabalho – Contraordenações: Desempenho do cargo de Coordenadora, desde a data da sua constituição em 18 de Janeiro de 2016. Objetivo: revisão das contravenções existentes e a sua possível “alteração” para contraordenações (tendo em conta a natureza sancionatória específica), acarretou a análise jurídica de todos os diplomas existentes (alguns da primeira metade do século passado).

No Trabalho Parlamentar, destaque-se a:

- Subscrição de iniciativas legislativas;
- Relatora/emissão de pareceres (sem intervenção da assessoria técnica) em inúmeras Iniciativas Legislativas (Propostas de Lei, Propostas de Resolução e Projetos de Lei) e Iniciativas Europeias;
- Relatora/emissão de pareceres de Petições (sem intervenção da assessoria técnica), entre outros trabalhos de natureza jurídica e jurídico-constitucional.

Identifica-se, muito, sumariamente, alguns desses pareceres efetuados:

- **Autora de pareceres/relatora – Iniciativas** (identificando o registo no Diário da Assembleia da República (DAR), apenas, 5, a título de exemplo, dos 33 elaborados):

1.º Parecer relativo ao Projeto Lei (PL) n.º 243/X do PSD – Aprova a Lei Orgânica do Conselho Superior da Magistratura e à Proposta de Lei (PPL) n.º 117/ X do Governo – Aprova o Regime Jurídico de Organização e Funcionamento do Conselho Superior da Magistratura (11 de abril de 2007) – o texto “original” e a respetiva publicação no Diário da Assembleia da República (DAR, II Série A, N.º 65/X/2, de 12 de abril de 2007/ pp. 4 a 9) [Parecer jurídico-constitucional no âmbito dos trabalhos parlamentares de Deputada à Assembleia da República da 1.ª Comissão – Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias].

2.º Parecer relativo ao Projeto de Lei (PL) n.º 405/X – PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE e PEV) – Estatuto do Representante da República nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (4 de dezembro de 2007) – o texto “original” e a respetiva publicação no DAR, II Série A, N.º 26/X/3, de 7 de dezembro de 2007/pp.2 a 9) [Parecer jurídico-constitucional no âmbito dos trabalhos parlamentares de Deputada à Assembleia da República da 1.ª Comissão – Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias].

3.º Parecer relativo à Proposta de Resolução (PPR) n.º 68/X do Governo – Aprova o Tratado de Lisboa que altera o Tratado da União e o Tratado que Institui a Comunidade Europeia, assinado em Lisboa a 13 de dezembro de 2007 (19 de março de 2008) – o texto “original” e a respetiva publicação no DAR, II Série A, N.º 88/X/3, de 29 de abril de 2008 /pp.129 a 142) [Parecer jurídico-constitucional no âmbito dos trabalhos parlamentares de Deputada à Assembleia da República da 1.ª Comissão – Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias].

4.º Parecer sobre os projetos de Resolução [Parecer jurídico-constitucional – único (aglutina todos os Projetos de Resolução) - no âmbito dos trabalhos parlamentares de Deputada à Assembleia da República da 1.ª Comissão – Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias], que a seguir se indicam:

1. Proposta de referendo ao Tratado de Lisboa que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia, assinado em Lisboa a 13 de Dezembro de 2007 – n.º 241/X (3.ª) - PCP
2. Propõe a realização de um Referendo Nacional sobre o Tratado de Lisboa – n.º 246/X (3.ª) - BE
3. Proposta de referendo ao Tratado de Lisboa - n.º 248/X (3.ª) – CDS-PP
4. Realização de Referendo sobre o Tratado de Lisboa (que altera os Tratados da União Europeia e da Comunidade Europeia – n.º 250/X (3.ª) - Os Verdes

Publicação em DAR série A n.º 52, 2008.02.07, da 3.ª SL da X Leg (pp.56-61)

5.º Parecer sobre a Proposta de Lei n.º 76/X/1.ª (GOV) – “Altera a Lei n.º 1/99, de 13 de Janeiro, que aprovou o Estatuto do Jornalista e do Projeto de Lei n.º 333/X/2.ª (PCP) – “altera o estatuto dos jornalistas reforçando a protecção legal dos direitos de autor e do sigilo das fontes de informação” [Parecer jurídico-constitucional no âmbito dos trabalhos

parlamentares de Deputada à Assembleia da República da 1.^a Comissão – Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias].

Publicação em DAR série A n.º 39, 2007.01.27, da 2.^a SL da X Leg (pp.2-6)

- Exercício de cargos a nível partidário:
 - 1.^a Presidente Federativa das Mulheres Socialistas do Distrito de Setúbal;
 - Membro da Comissão Nacional de Jurisdição;
 - Membro da Comissão Política Nacional e outros Órgãos partidários, por inerência;
 - 2.^a Secretária do Secretariado Federativo de Setúbal.

11. Em outra área de atividade Profissional (anterior à prática jurídica)

Enfermeira graduada (Grau II) do Hospital de Egas Moniz (Janeiro de 1980 a Dezembro de 1990) - [Habilitações: 1.º Ciclo de Estudos Académicos em Enfermagem (equivalência concedida pelo Ministério da Ciência e do Ensino Superior/DGES/Termo n.º 17728/1993) – Escola de Enfermagem das Franciscanas Missionárias de Maria – Lisboa (1977/1979)], tendo exercido funções no Serviço de Imunohemoterapia e Serviço de Neurotraumatologia e respetiva Unidade de Cuidados Intensivos, a par de uma breve passagem pelo Bloco Operatório. O seu currículo, abrange, nesta área de atividade – a candidatura ao 1.º concurso público, a nível nacional, para a categoria de enfermeiro graduado (grau II) – 1987/1988 (com realização de provas públicas – escritas e práticas). A partir do qual passou a coordenar as equipas de prestação de cuidados de saúde (enfermeiros e auxiliares de ação médica), incluindo a integração dos enfermeiros recém-admitidos, da participação em estudos para a melhoria do acesso aos cuidados de enfermagem, a par da atividade formativa, igualmente, associada a essa categoria profissional.

12. Louvor e Agradecimentos

- Agradecimento pelo autor Doutor Alberto Arons de Carvalho, *in* “A RTP E O SERVIÇO PÚBLICO DE TELEVISÃO”, Introdução, a p. 12, Editora Almedina, Abril de 2009.
- Agradecimento público, proferido por Sua Excelência o Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa Dr. Fausto Correia, *in* “PRAÇA DA REPÚBLICA”, a páginas 6, Coletânea de Intervenções (Janeiro – Dezembro de 1997), Editora Departamento de Documentação e Artes Gráficas da DGAP/PCM, Out. 1998.

- Louvor do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa do XIII Governo Constitucional (1998) - Louvor nº 2/98, 22 de Dezembro de 1997, publicado no DR, IIª Série, Nº 7, de 9-1-1998.

13. Formação básica de suporte

- (1984/85) – 12.º Ano de Escolaridade no Instituto de Preparação à Universidade Livre (Direito);
- (1983/84) – 10.º e 11.º Anos - Área C (com equivalências agregadas do Ano Propedêutico) – auto-proposta (Liceu Camões);
- (1980/81) – Ano Propedêutico – Área A (Liceu Camões);
- (1974/75 e 1975/76) – Curso Complementar dos Liceus - 6.º e 7.º ano (inclui a realização de exame *ad hoc* da disciplina de “Ciências Naturais” para ingresso no Curso Complementar dos Liceus) – Área A (Liceu Rainha D. Amélia (6.º ano) e Escola Secundária dos Anjos (7.º ano);
- (1971/72 a 1973/74) – Curso Geral de Administração e Comércio
Obs.: [doze anos em Colégio Católico/Lisboa (semi-internato) – Franciscanas Missionárias de Maria (3 anos em classes da infantil (*pré-primário*); 4.ª classe/4 anos, com exame no 4.º ano e ciclo preparatório/2 anos, com exame no 2.º ano. Total: 6 anos (*1.º e 2.º Ciclo do Ensino Básico*) e 3 anos do Curso Geral de Administração e Comércio (*3.º Ciclo do Ensino Básico*)].

Línguas:

- Francês:
 - Diplome d’Études Françaises, 1979/1980 – Université de Toulouse – Le Mirail /7^{ème} année du L’Institut Français de Lisbonne.
 - Certificat Pratique de Langue Française – 1978/1979, 6^{ème} année du L’Institut Français de Lisbonne.
 - Diplome de Langue Française – 1977/1978, de 5^{ème} année du L’Institut Français de Lisbonne.
- Inglês:
 - Nível B1.2, 2007/2008 – United School – Instituto de Línguas.
 - Nível A2, 1999/2000 – Cambridge School – Escolas de Cambridge, Lda.

Atualizado, em 28 de Agosto de 2023